

## Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa

Maria Helena Mira Mateus

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa FLUL  
Instituto de Linguística Teórica e Computacional ILTEC

### Resumo

O presente texto tem como objectivo argumentar sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa e, com base nesta afirmação, discutir a simplificação dessa ortografia, simplificação que tem sido a finalidade de várias reformas e de algumas tentativas de acordo entre Portugal e o Brasil. A discussão das questões fonológicas é precedida a) de uma referência aos problemas suscitados pela proposta de acordo datada de 1986, e b) de um resumido excuro histórico baseado em gramáticas portuguesas, com início nas gramáticas quinhentistas.

**O Acordo de 86** Em Maio de 1986 levantou-se em Portugal e no Brasil uma acesa polémica que gravitava em torno da ortografia da língua portuguesa<sup>1</sup>. A discórdia surgiu a partir de uma decisão tomada por académicos portugueses e brasileiros relativamente a aspectos ortográficos, com o fim de eliminar as diferenças existentes na escrita dos dois lados do Atlântico e de conseguir a concordância, para essa ortografia, dos países de língua oficial portuguesa. Mas os académicos, na convicção de que seria possível alterar por decreto a ortografia da língua dado o carácter convencional da escrita, foram mais longe do que a mera eliminação de diferenças: pretenderam simplificar a ortografia do português, retirando consoantes (mudas), acentos (de esdrúxulas), hifens (de compostos).

A sociedade civil, sobretudo a portuguesa, ergueu-se em protesto contra o *operario*, a *catastrofe* e o *cagado*, contra a *ação* e a *perceção*, contra o *bemaventurado* e seus similares. Em Portugal, criou-se mesmo um Movimento Contra o Acordo Ortográfico que tinha

---

<sup>1</sup> As referências concretas à polémica sobre o acordo ortográfico de 1986 foram colhidas na *Demanda da Ortografia Portuguesa*, obra organizada por Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria que constitui um riquíssimo repositório dos vários acordos ortográficos sobre o português e de toda a discussão que se gerou em torno do texto de 1986.

registo público. No Brasil, Afrânio Coutinho afirmava no *Jornal de Letras* de Agosto desse ano que “Os portugueses não reconhecem a independência do Brasil”. Por seu lado, os portugueses perguntavam na mesma altura: “Portugal, colónia do Brasil?”. Linguistas e académicos, escritores, editores, políticos e analistas, e ainda pessoas vindas de diversas áreas da sociedade reuniam-se para discutir inflamadamente sobre se deveriam as palavras esdrúxulas manter o diacrítico que marca a sílaba tónica e se a eliminação das consoantes “mudas” constituía, na verdade, uma simplificação da ortografia, ou mesmo se tal simplificação era desejável.

Perante o rugir das opiniões, os autores do acordo caminharam para o extremo oposto: presença ou ausência das tais consoantes dependendo da pronúncia de cada um. Nas Bases VI e VII do acordo estipula-se que se conservam ou se eliminam, “facultativamente”, certas consoantes que “só se proferem numa pronúncia culta, quer geral quer restritamente” dando-se como exemplos *facto e fato, caracteres e carateres, amnistia e anistia* etc. Foi a consagração da dupla grafia. Ora é evidente que a facultatividade é contrária à própria ideia de normalização gráfica, ou seja, de ortografia<sup>2</sup>. Compreende-se assim que, depois de tantas idas e vindas sobre a escrita da língua portuguesa, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, ao regressar do Brasil em final de Agosto de 86, tivesse declarado que o novo acordo ortográfico não era ainda “um acordo” e que não passava de um “trabalho técnico” e, citando o Presidente da República do Brasil, José Sarney, referia que, segundo este, a unificação ortográfica tem de ser “feita em paz e com cuidado”<sup>3</sup>. E assim ficámos.

O que é mais interessante em todo este processo é que não se tenha discutido a questão ortográfica do ponto de vista linguístico, excepção feita a uns pouquíssimos documentos, de entre os quais se distingue o elaborado pelo Departamento de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa. Qual a natureza da ortografia? Qual a natureza da *ortografia portuguesa*? Pode essa ortografia ser simplificada com vantagem? Para quem é essa vantagem? Pode simplificar-se por decreto? Essa simplificação é um mero arranjo ou uma reforma ortográfica? E atrás destas perguntas outras vêm, que foram afloradas na discussão: Deve haver uma única ortografia para a escrita nos dois países em que o português é língua nacional? Não poderemos manter duas ortografias com pequenas diferenças como está

---

<sup>2</sup> Veja-se, na obra atrás referida de Ivo Castro *et al.*, as “Sete teses sobre Ortografia Portuguesa”, pp. 7-9.

<sup>3</sup> Op.cit., p. 270.

consignado nos correctores ortográficos que usamos no computador para o português, francês, inglês, e outras línguas? E como se deve fazer em relação aos diversos países em que o português é língua oficial?

Propomo-nos neste artigo fundamentar a afirmação de que **a ortografia portuguesa é de natureza fonológica** e, a partir dessa afirmação, discutir a vantagem e a eficácia da sua simplificação em ordem a uma unificação nos países em que se fala português.

### **Um breve excuro histórico**

Importa assinalar desde o início que o termo ‘ortografia’ ocorre já nas primeiras gramáticas portuguesas. No começo da obra de Fernão de Oliveira *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, publicada em 1536, a Ortografia é nomeada a par do Acento, da Etimologia e da Analogia. No Prólogo da *Gramática da língua Portuguesa* de João de Barros, publicada em 1540, também o autor apresenta a Ortografia como uma das quatro partes em que os latinos “partem a sua gramática”. No capítulo dedicado à ortografia, diz que se trata de uma palavra grega que “quer dizer ciência de escrever dereitamente”. Da constituição da palavra se deduz que, sendo a *grafia* qualquer forma de escrita, a *orto+grafia* implica escrever de acordo com a norma, ou seja, “dereitamente”.

Nessa época, a escrita da língua já tinha vários séculos, muito provavelmente com início no século XII<sup>4</sup>. Os mais antigos textos foram escritos num tempo em que, não existindo uma ortografia, o escriba procurava tanto quanto possível transmitir graficamente a pronúncia da língua recém nascida, eivada ainda das antepassadas formas latinas. A partir do Renascimento e do renovado conhecimento dos clássicos começa a notar-se uma influência das formas etimológicas (por vezes erradamente interpretadas), o que teve como consequência a introdução, na escrita do português, de letras existentes nos étimos latinos ou gregos (como o *-c* em *fecto*, de *factu-*), o emprego de consoantes duplas (que encontramos, por exemplo, em *fallar*), ou a ocorrência dos dígrafos *ph*, *ch*, *th* e *rh* (que se mantiveram longos anos em *pharmacia*, *lythografia*, *Matheus*). Segundo Guilherme Ribeiro, “o pretensiosismo, aliado a uma certa ignorância, levou à prática de exageros. Entre outros casos, deixamos como exemplo o seguinte: introduziram-se letras que não

---

<sup>4</sup> Sobre os primeiros textos escritos em português, ver Martins (1999).

eram pronunciadas, como *esculptura; astma; character; etc.*; o y passou a figurar em muitos vocábulos, como *lythografia, typoia, lyrio, etc.*”<sup>5</sup>. Contra esta ortografia complicada e etimologizante se insurgem alguns dos nossos primeiros gramáticos de que lembraremos as seguintes palavras de Fernão de Oliveira: “Por tanto *k ã ph* nem *ps* nunca as ouvimos na nossa linguagem nem nas auemos mester”<sup>6</sup>.

Nos séculos que se seguiram, a ortografia teve honras de título como, em 1666, na obra de Bento Pereira que ensina as *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portugueza* ou, cem anos passados, quando Fr. Bernardo de Jesus Maria, nomeia a sua obra como uma *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza*. Que os autores consideravam a necessidade de uma ortografia correcta, vê-se pela adjectivação: “melhor ortografia”, “ortografia racional”. Os estudos gramaticais foram marcados no século XVIII pela importância atribuída à ortografia, considerando-se como obra exemplar a de João Morais de Madureira Feijó, *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens*, datada de 1734.

Na *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa, publicada em 1822, discorre-se mais aprofundadamente sobre ortografia e sobre a sua integração na gramática:

“A *Grammatica* (que quer dizer *Litteratura*) não foi ao principio outra coisa senão a sciencia dos caractéres, ou *reaes*, representativos das coisas, ou *nominaes*, significativos dos sons ou das palavras. [...] A parte *mechanica* das linguas, em que primeiro se trabalhou, tem duas observações. Uma sobre os sons articulados, tanto simples como compostos, que entram na composição dos vocabulos; e outra sobre os caractéres litteraes, adoptados pelo uso para servirem de signaes dos mesmos sons, e seus depositarios na escriptura. D'estas duas considerações sobre o physico dos vocabulos nasceram as duas partes mais antigas da *Grammatica*. Uma de *boa pronunciação* e leitura, chamada *Orthoepia*, e outra da sua *boa escriptura*, chamada *Orthographia*” (pp. V e VII).

---

<sup>5</sup> Ver sobre esta questão Guilherme Ribeiro (2000), *Periodização da evolução da ortografia portuguesa*, [http://esjmlima.prof2000.pt/hist\\_evol\\_lingua/R\\_GRU-J.HTML](http://esjmlima.prof2000.pt/hist_evol_lingua/R_GRU-J.HTML).

<sup>6</sup> Fernão de Oliveira, 1536, p. 175.

Se nestas obras a ortografia tinha um lugar de relevo e era pacífica a sua função e a sua concretização (salvo algumas críticas sobre a utilização de letras inúteis ou estranhas como acima se notou), já durante o século XIX vêm a público disputas sobre questões ortográficas em que se opõem opiniões conservadoras e propostas inovadoras. Lembre-se a polémica entre Cândido de Figueiredo e José Leite de Vasconcellos, que chegou até nós nos títulos imaginativos e denunciadores dos polemistas: Cândido de Figueiredo, em 1891, refere a *Tosquia de um grammatico dedicada aos filólogos mirandezes, aos criticos extremenhos e aos boticarios de Palmella*, a que responde Leite de Vasconcellos, no mesmo ano, com *O Galho depenado. Replica às "Caturrices" philologicas do sr. Candido de Figueiredo* que, por sua vez, triplica no ano seguinte com *O golpe de misericordia. Execução litteraria de Zé Filólogo Leite de Vasconcellos, accusado de varios delitos contra a grammatica, o bom senso e a salubridade publica*. Discussões sobre ortografias não são exclusivas do nosso tempo.

Mas o que se discutia então? Os mais conservadores (como o ‘caturra’ Cândido de Figueiredo que luta pelo bom uso) são acusados de “subserviência aos clássicos, censura de barbarismos e preferência do literatismo em prejuízo da ciência” enquanto os filólogos (como o ‘Zé Filólogo’ Leite de Vasconcellos) são acusados de “delitos contra a gramática, o bom senso e a salubridade pública”<sup>7</sup>. Se hoje a “salubridade pública” não é invocada por razões linguísticas, já os delitos “contra a gramática e contra o bom senso” são muitas vezes apresentados como os pecados dos inovadores. Resta saber, quando se critica a inovação, onde está exactamente o bom senso entre a conservação da norma e a aceitação da mudança.

De uma outra perspectiva, discute-se também durante o século XIX e ainda no século XX uma maior ou menor aproximação da ortografia à oralidade. Vejam-se os seguintes títulos: *Escritura repentina. Nova tentativa de revolução orthographica*, 1853, de J.A. de Sousa; *Escripita sem letras ou novo systema d'escripita syllabica*, 1866, de Francisco Xavier Calheiros, as várias obras de Barbosa Leão que propõe uma reforma ortográfica “em sentido sónico” e publica anonimamente, em 1875, as *Considerações sobre a Ortografia Portuguesa* em que “advoga uma normalização absoluta, com base no sistema ‘um som –

---

<sup>7</sup> Sobre toda esta polémica, ver Prista, 2001, pp. 159 a 169.

uma grafia””. Repare-se, por fim, que José Tavares de Macedo, em 1861, preferiria “a orthographia chamada ‘de pronuncia”” e Piero Gato, por volta de 1920, publica no Brasil a *Ortografia fonetica da lingua luzo-brasileira*.<sup>8</sup> Uma ortografia deste tipo permitiria a seguinte escrita da estrofe de Camões:

Cecem do çabiu gregu e do troianu  
As navegaçõis grandes kê fizeram,  
Kale-ce de Alexandru i de Trajanu  
A fama das vitorias kê tiveram<sup>9</sup>

A preocupação com a citada “revolução ortográfica” está patente nos títulos acima transcritos, quer se trate de escrita silábica ou de ortografia fonética. Mas existe tal coisa como uma ortografia fonética? Não será esta expressão um paradoxo em si mesma, já que a ortografia pretende regular, estabilizar, normalizar, e a fonética se refere à pronúncia que varia no tempo e no espaço, depende de factores diversos desde a diferença entre indivíduos até às circunstâncias de produção oral?. Certamente que existe aqui uma natural contradição. Por isso mesmo esta posição não vingou.

Outras consequências tiveram, no entanto, as propostas de simplificação da ortografia que, embora levassem por vezes a um excesso individualista<sup>10</sup>, estiveram presentes nos estudos que prepararam a primeira reforma ortográfica de 1911. Esta reforma, que deveu muito aos trabalhos sobre ortografia realizados por Gonçalves Viana<sup>11</sup>, eliminava dígrafos de origem grega como *th*, *ph*, *rh* e o *y*, simplificava as consoantes duplas (excepto *rr* e *ss* entre vogais), eliminava consoantes não pronunciadas “desde que não influíssem na pronúncia da vogal antecedente” e regularizava a acentuação gráfica.

---

<sup>8</sup> Sobre a polémica que contrapõe a ortografia fonética à tradicional, e que se estende de 1875 até 1911 (data da primeira reforma ortográfica), veja-se Castro et al. (1987), pp. 204-205. Sobre Barbosa Leão, cf. Maria Filomena Gonçalves (1998), pp. 293-310.

<sup>9</sup> O exemplo é de António Corte Real (1877). Para o conhecimento de opiniões diversas sobre grafia fonética vs. etimológica, veja-se <http://o-ceu-sobre-lisboa.blogspot.com/2004/08/demanda-da-ortografia-portuguesa-que.html>.

<sup>10</sup> Não existindo norma, “caiu-se no extremo de, mesmo aqueles sem quaisquer habilitações para tal, desatarem a simplificar disparatadamente”. Veja-se o artigo *Ortografias* de Mendes de Carvalho (1990,1996) em [http://www.dha.lnec.pt/npe/portugues/paginas\\_pessoais/MMC/Ortograf.html](http://www.dha.lnec.pt/npe/portugues/paginas_pessoais/MMC/Ortograf.html).

<sup>11</sup> Veja-se, por exemplo, a *Ortografia Nacional. Simplificação e Unificação Sistemática das Ortografias Portuguesas* que apontava para uma mesma ortografia em Portugal e no Brasil.

Mas não foi apenas a simplificação da escrita que tornou necessária a reforma ortográfica de 1911. Também a falta de uniformidade na grafia dos textos oficiais publicados em Portugal causava preocupação, como se lê neste ofício do Gabinete de Revisão da Imprensa Nacional que se transcreve da *Demanda da Ortografia Portuguesa*:

“As publicações saídas da Imprensa Nacional, quer oficiais quer de particulares, apresentam grafias diferentes, umas discutíveis outras porém grosseiras e vergonhosas. O próprio *Diário do Governo*, que deveria ter ortografia uniforme, emprega diversas, conforme o capricho de quem envia os originais, geralmente pessoas indoutas”<sup>12</sup>

Assim, a Reforma de 1911 veio ao encontro do movimento que pretendia uniformizar a escrita e criar, portanto, uma *ortografia*, ao mesmo tempo que procurava uma simplificação em relação a muitas formas gráficas que mantinham uma relação mais próxima com a etimologia. Tornada obrigatória na escola, esta reforma da ortografia, a primeira oficial em Portugal, modificou completamente o aspecto da língua escrita, aproximando-o muito do actual.

### **Ortografia e fonologia: que relação?**

Embora profunda e inovadora, a reforma ortográfica de 1911 não foi tão longe como alguns desejariam (entre eles o próprio Gonçalves Viana) e dela resultou uma ortografia que podemos afirmar hoje ser basicamente **de natureza fonológica**.

A expressão “de natureza fonológica” não significa que esta ortografia seja um reflexo directo e biunívoco do sistema fonológico da língua. Nenhum sistema ortográfico é exclusivamente de um único tipo (seja etimológico, filosófico, fonético ou fonológico<sup>13</sup>) pois, como diz Óscar Lopes, “não é possível uma grafia puramente sónica, nem mesmo restrita a um registo muito selecto, o que equivaleria a um espectrograma; e não é possível uma grafia etimológica integrativa de toda a tradição cultural (as escritas europeias mais

---

<sup>12</sup> Castro *et al.* (1987), p. 207.

<sup>13</sup> “...os sistemas ortográficos movem-se na tensão entre dois pólos: a tendência para uma representação *fonética* da língua e a tendência para uma representação *histórica*, marcada pela manutenção ou recuperação de matrizes etimológicas” Rui Vieira de Castro in Ivo Castro *et al.* (1987), p. 123 .Sobre os tipos de sistemas ortográficos, veja-se o trabalho rigoroso e largamente informativo de Filomena Gonçalves, nomeadamente o Capítulo I.

tradicionais, as do Francês e do Inglês, baseiam-se nas respectivas fases de normatização, nos séculos XV-XVI)<sup>14</sup>. O que nos interessa neste artigo, para fundamentar a nossa afirmação, é identificar e discutir em bases fonológicas os numerosos exemplos do sistema ortográfico português em que (a) um único símbolo gráfico – que se pode interpretar como representando um elemento do sistema fonológico – cobre diferentes realizações fonéticas e (b) dois símbolos – representando apenas um som em certos dialectos – podem ser reconhecidos como representações de oposições fonológicas.

### **Ortografia e variação dialectal**

De acordo com a análise dos sistemas ortográficos setecentistas realizada por Filomena Gonçalves, encontra-se na ortografia portuguesa um paralelismo entre “a natureza do *sistema fonológico* da língua” como entidade ‘abstracta’, “por isso mesmo congregadora das múltiplas realizações concretas sem valor distintivo” e o *sistema gráfico* que se apresenta como “uma ‘entidade ideal’ aglutinadora das variantes, ou seja, dos sistemas individuais”<sup>15</sup>. Sistemas individuais (ou, se quisermos, diferenças idiolectais de pronúncia) e sistemas dialectais podem ser, na realidade, cobertos por um único símbolo gráfico.

Neste particular, note-se a coexistência de pronúncias dialectais como a de *tenho* ([ténu] / [ténu]), *coelho* ([kuélu] / [kuélu]), *cereja* [sɪrɛʒɐ] / [sɪrɛʒɐ]) em que as duas realizações da vogal fonológica /e/ são representadas pela letra <e> embora, no dialecto de Lisboa, a vogal se pronuncie como [ɐ] antes das consoantes palatais [ɲ], [ʎ] e [ʒ]. Do mesmo modo, a consoante oclusiva fonológica /b/, pronunciada em certos dialectos portugueses como [v], tem na letra <b> uma única representação ortográfica (no português europeu, *aborrecer* [ɐbuɾɪsɛr] / [ɐvuɾɪsɛr], de ab(h)orrescere, *abundância* [ɐbũdẽsiã] / [ɐvõdẽsã] de abundância- são variações que já existiam no latim vulgar e que levaram a formas como *cavalo* de *caballu-* ou *maravilha* de *mirabilia*-<sup>16</sup>)

Se procurarmos casos similares nas variedades europeia e brasileira do português, encontramos igualmente exemplos de diferentes realizações das consoantes fonológicas,

---

<sup>14</sup> Óscar Lopes in Ivo Castro *et al.* (1987), p. 129.

<sup>15</sup> Filomena Gonçalves (1998), pp. 232-233.

<sup>16</sup> Sobre a permuta entre [b] e [v], veja-se uma gramática histórica como a de José Joaquim Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, 1919, Lisboa, Livraria Clássica Editora, (8ª ed. 1975).



como ocorre com as oclusivas /t/ e /d/, ambas representadas pelas letras <t> e <d> e pronunciadas, no português europeu, como oclusivas dentais, [t] e [d], enquanto no português do Brasil são realizadas como africadas, [tʃ] e [dʒ], quando seguidas de /i/ tónico e átono, e de /e/ átono realizado como [i] ([bate ([bátɨ] / [bátʃi], tia [tíɐ] / [tʃíɐ], pede [pédɨ] / [pédʒi], púdica [púdikɐ] / [púdʒikɐ]).

Estamos, portanto, diante de exemplos de variantes dialectais de uma única variedade (a portuguesa) e de realizações diferentes dos mesmos fonemas em duas variedades (a portuguesa e a brasileira), variações representadas na ortografia por *um único símbolo gráfico que coincide com a representação do respectivo elemento do sistema fonológico*.

### **E quando o mesmo som é representado por letras diferentes?**

O ensino da ortografia exige por vezes a memorização de letras diferentes para o mesmo som. Como podemos entender, nestes casos, a relação entre ortografia e fonologia? Ou persiste nessas circunstâncias uma perspectiva etimologizante que mantém diferenças fonológicas hoje desaparecidas?

Vejamos o caso da representação das fricativas nas palavras *sinto* e *cinto*, *passo* e *paço* que diferem, ortograficamente, pelas letras <s> vs. <c> e <ss> vs. <ç>. Para um falante dos dialectos que hoje determinam a norma do português europeu<sup>17</sup>, essas palavras pronunciam-se com a mesma consoante fricativa [s]. No entanto, dado que o significado é diferente entre os membros de cada par, poder-se-á considerar que estamos diante de pares mínimos com oposições distintivas, forma tradicional de identificar os fonemas de uma língua, tal como sucede com *sinto* e *mino* ou *passo* e *pato*. Nesta ordem de ideias, é possível afirmar que as duas letras representam duas consoantes fonológicas que coincidiram na realização fonética.

Para fundamentar esta afirmação, note-se que em certos dialectos do norte de Portugal essas consoantes se pronunciam diferentemente, tal como acontecia no século XVI, quando o português falado no interior das Beiras determinava a pronúncia correcta da língua: <s> ou <ss> representam a fricativa áptico-alveolar [ʃ] *passo* ([páʃu]) que se pronuncia com o ápice

---

<sup>17</sup> O dialecto de Lisboa é actualmente considerado como normativo de acordo com o conceito de norma que consagra como modelo, em cada época, o dialecto que se fala na região em que estão sediados os órgãos do poder.

da língua aproximando-se dos alvéolos, e <c> ou <ç> representam uma fricativa dental em que o ápice da língua se aproxima dos dentes *paço* [pásu]<sup>18</sup>. Assim, nestes dialectos, as palavras que integram essas consoantes grafadas com letras diferentes constituem pares mínimos, e as letras que as representam são argumentos em prol da ortografia fonológica. O mesmo se pode dizer em relação às grafias de *chave* ou *achar* vs. *xaile* ou *mexer* que, no dialecto entendido como norma da língua culta, possuem uma única fricativa, [ʃ], ao passo que em dialectos do norte de Portugal, o dígrafo <ch> representa a africada [tʃ] e a letra <x>, a fricativa [ʃ].

Pode, evidentemente, perguntar-se se, nos casos referidos, as letras diferentes representam diferentes consoantes fonológicas ou serão apenas demonstrações do carácter conservador da ortografia. Repare-se contudo que as reformas ortográficas não têm procurado uniformizar a representação destes sons, e apenas as propostas de base fonética, como a de Barbosa Leão, por exemplo, integram nas suas alterações a preocupação de "biunivocidade entre letras e sons" abrangendo, na fase mais radical, estes símbolos gráficos. Mas, como diz Prista, essa biunivocidade "em derradeira instância implicaria reportar-se a um dialecto só, desperdiçando a faculdade decisiva de uma ortografia que é pairar sobre a variação"<sup>19</sup>.

### **Ortografia e variação contextual**

Um dos problemas que dificulta a aprendizagem de qualquer ortografia resulta de ser impossível que uma ortografia represente, de forma exaustiva, a variação contextual dos elementos fonológicos. A existência de sílabas tónicas com reflexo na realização das vogais átonas, a coarticulação dos sons, o sândi externo na sequência fónica de palavras, assimilações e dissimilações, epênteses e supressões de sons são processos lexicais ou pós-lexicais que determinam uma larga variação de realizações dos segmentos fonológicos de uma língua. Tendo presente que se considera a ortografia como a forma correcta de escrever, é natural que ela necessite de encontrar uma estabilidade nessa variação, estabilidade que muitas vezes é interpretada apenas como uma vertente conservadora. Que

---

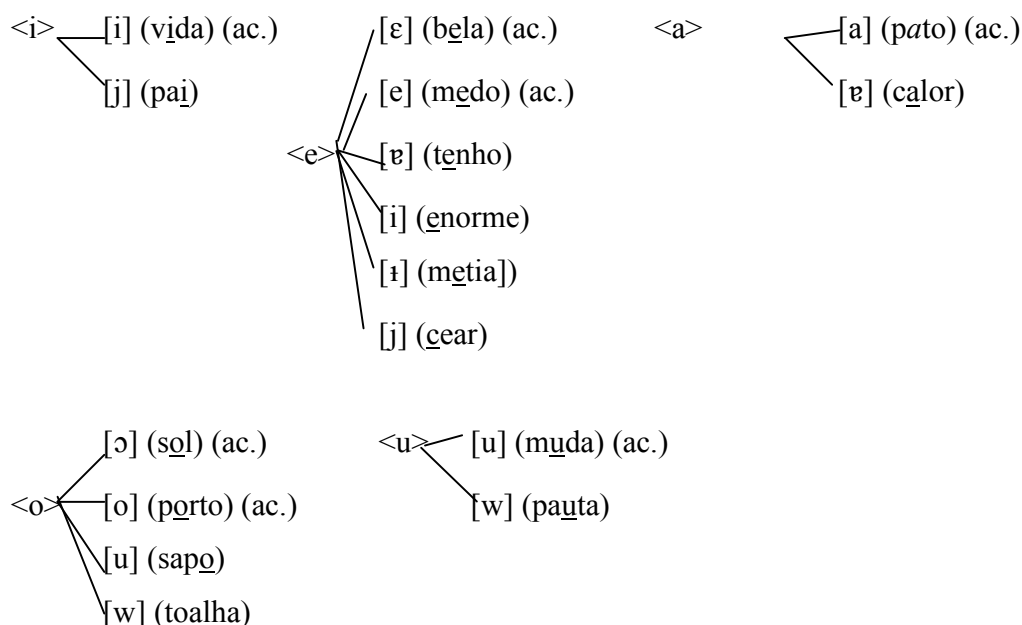
<sup>18</sup> A pronúncia do *s* latino (por exemplo, em *rosa*-) era ápico-alveolar, não existindo a sibilante dental, que resultou da evolução da sequência *ti* em palavras como *palatiu*-

<sup>19</sup> Ver Prista (2001), p. 196

tal estabilidade está relacionada com a fonologia da língua, é o que procuramos provar na argumentação a seguir desenvolvida.

#### *A importância do contexto na realização das vogais*

No português europeu, as letras que representam cada uma das vogais fonológicas podem corresponder a diferentes realizações fonéticas. Vejamos:



As vogais indicadas como acentuadas (ac.) são tónicas. Pelo quadro se verifica que as letras <e> e <o> são as que cobrem maior número de realizações. No que respeita às vogais acentuadas, a distinção entre baixas e médias ([ɛ] / [e] e [ɔ] / [o]) não está representada por símbolos gráficos diferentes apesar de ser considerada uma diferença fonológica. A utilização de um único símbolo nestas circunstâncias justifica-se com os seguintes argumentos:

- (a) quando identificamos os fonemas da língua portuguesa com base na oposição distintiva entre sons que integram pares mínimos, verificamos que a oposição entre vogais baixas e médias é muito pouco rentável (é reduzido o número de exemplos como *sede* [sédɨ] / [sédɨ] ou *bola* [bólɐ] / [bólɐ]);

- (b) a maioria dessas oposições resulta do processo de *harmonia vocálica* das vogais do radical em verbos como *selar* que, na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, *selo* [sélu], se opõe ao nome *selo* [sélu]<sup>20</sup>;
- (c) existe por vezes uma variação dialectal ou idiolectal entre vogais médias e baixas que reforça a pouca produtividade do estatuto fonológico destas oposições (p. ex., as realizações de *abeto* [ɐbétu] / [ɐbétu] ou de *dezoito* [dɨzójtu] / [dɨzójtu] diferem dialectalmente).

Estamos portanto diante de uma oposição pouco produtiva que além disso, no processo de harmonia vocálica, pode ser determinada contextualmente não necessitando, portanto, de ser representada por duas letras diferentes.

Vejam agora o que se passa com as mesmas vogais em posição átona. O processo do vocalismo átono no português europeu é, como se sabe, uma das suas peculiaridades. A elevação de todas as vogais atinge de forma regular as médias e baixas alterando os seus traços de altura. Veja-se o seguinte quadro que representa diagramaticamente esse processo:

P. de Articul. Altura	Anterior ou Palatal	Central	Posterior ou Velar
Altas	i	i	u
Médias	e	ɐ	o
Baixas	ɛ	a	ɔ

A realização das vogais fonológicas /e/ e /ɛ/, quando átonas, como [ɨ] é um processo pós-lexical que actua sempre que essas vogais se encontram entre consoantes ou no final

<sup>20</sup> Sobre o processo de *harmonia vocálica*, ver, por exemplo, Mateus *et al.* (2003), pp. 1024-1026.

absoluto de palavra, contexto em que podem mesmo ser suprimidas (exs.: *pegar* [pɨgár] / [pgár], *telefone* [tilifónɨ] / [tlfón], *bate* [bátɨ] / [bát], etc.). As mesmas vogais átonas, quando estão seguidas de outra vogal (como em *cear passeata*, *soar*, *toalha*), podem realizar-se como semivogais na fala coloquial (*cear* [siár] → [sjár], *passeata* [pɛsiátɐ] → [pɛsjátɐ], *soar* [suár] → [swár], *toalha* [tuálɐ] → [twálɐ]).

Uma outra característica do português europeu é o facto de, a par de vogais átonas fortemente reduzidas, existirem contextos que não permitem tal redução. Vejam-se exemplos em palavras como *relvado* (pronunciado [ɾɛlvádu] e não \*[ɾɨlvádu]), *felpudo* (pronunciado [fɛlpúdu] e não \*[fɨlpudu]), *moldado* (pronunciado [mołdádu] e não \*[mułdádu]), em que a vogal átona pertence a uma sílaba terminada em [ɫ] (/l/ velarizado), consoante que impede a elevação e redução da vogal não acentuada. O mesmo se passa em palavras como *pautado* ([pawtádu] e não \*[pɛwtádu]), *endeusar* ([ẽdewzár] e não \*[ẽdɨwzár]) ou *foicinha* ([fojsɨɲɐ] e não \*[fujsɨɲɐ]) em que a vogal átona não se eleva por estar seguida de uma semivogal que com ela forma ditongo.

Podemos concluir, portanto, que as vogais átonas do português europeu têm realizações diversas, umas resultantes de *regras gerais* e outras resultantes de *regras de excepção* cuja aplicação é contextualmente determinável.

Numa perspectiva fonológica, e utilizando instrumentos que a teoria actual põe à nossa disposição – neste caso, a *subespecificação* dos segmentos fonológicos – podemos propor que as vogais que se realizam como [ɛ],[e], [ɨ] por um lado e como [ɔ], [o] [u] por outro são subespecificadas no nível fonológico quanto aos traços de altura, convergindo para altas por regra geral, e mantendo-se médias e baixas em certos contextos. As vogais /i/ e /u/, fonologicamente altas, assim se conservam. A vogal /a/ eleva-se para média se não for acentuada excepto, como vimos, em contextos bloqueadores dessa elevação.

Tornemos agora à ortografia. As letras <e> e <o> representam as diversas realizações destas vogais. O único problema que se nos põe é o da distinção acima referida entre /ɛ/ e /e/ acentuadas, visto que essa distinção não só opõe pares mínimos como tem

consequências nas átonas quando em contexto de excepção. Dada, porém a pouca produtividade dessas oposições distintivas e dada, igualmente, a variação idiolectal entre as duas realizações (exs. *felpudo* [feɫpúdu] / [feɫpúdu]; *molhado* [moɫdádu] / [mɔɫdádu]), a utilização de uma única letra tem base fonológica, tanto mais que é possível usar um diacrítico quando se pretende estabelecer graficamente a distinção entre as vogais baixas e médias (p.ex. *pêssego* [pésɨgu] / *péssimo* [pésimu]).

Um outros aspecto que importa considerar no que respeita às vogais do português é a sua ortografia quando nasais. No quadro seguintes encontramos os vários símbolos gráficos utilizados (a norma do português europeu não possui vogais baixas nasais).

[ĩ]	<in, im>	(tinta, sim)
[ẽ]	<en, em>	(pente, membro)
[ɐ̃]	<ã>	(romã)
	<an, am>	(banco, ambos)
[ɐ̃̃]	<ãe>	(mãe)
	<em, en>	(tem, tens)
[ɐ̃w̃]	<ão>	(pão)
	<am>	(formas verbais como amam, batam)
[õ]	<on, om>	(ponte, pombo)
[õ̃]	<õe>	(corações)
[ũ]	<un, um>	(unto, atum)

São vários os sinais gráficos com que se marca a nasalidade das vogais: as consoantes [m] e [n] e o diacrítico til [~]. Esta variedade de grafias pode relacionar-se com o facto de o português não possuir vogais nasais fonológicas<sup>21</sup>. Assim, as nasais que encontramos em superfície resultam de um processo de expansão ou espraçamento do segmento nasal

<sup>21</sup> Sobre a argumentação para fundamentar esta hipótese, consultem-se obras de fonologia do português, como Mateus e Andrade (2000), 2.2.2.4. ou Mateus *et al.* (1983), capítulo 25.

fonológico sobre a vogal que o antecede<sup>22</sup>. Em consequência, a ortografia das nasais que, como vimos, varia entre uma *sequência de vogal e consoante nasal* e uma *vogal com til* pode interpretar-se como representativa de um processo fonológico do português. A existência de tal processo pode estar na base das diferentes representações gráficas das vogais nasais, diversamente do que sucede com as vogais orais que, sendo fonológicas, são representadas por uma única letra.

Um argumento a favor desta hipótese inclui-se na “sexta tese sobre ortografia portuguesa”<sup>23</sup> segundo a qual “a aprendizagem do português como língua estrangeira deve ser tida em conta nas propostas de alteração da ortografia”. Podemos considerar o que se segue como uma concretização desta afirmação.

Uma análise da escrita de *ditongos nasais* em produções de alunos que frequentam o ensino básico em Portugal, e cujas línguas maternas são o crioulo de Cabo Verde, o ucraniano, o mandarim e o guzerate, evidenciou que os erros ortográficos encontrados estão relacionados, por um lado, com os sistemas fonológicos das respectivas línguas maternas mas podem, por outro lado, reforçar a hipótese de que as vogais nasais do português não são entendidas como fonológicas. Embora as quatro línguas analisadas não possuam ditongos nasais, os erros dos alunos ucranianos, que também não têm vogais nasais, consistem na escrita das palavras com as respectivas vogais sem til ou sem uma consoante nasalizadora. São exemplos desses erros *coresao*, *corasao* (coração), *leao* (leão), *cau* (cão), *cao* (cão), *tau* (tão), *na* (não), *canhao* (canhão) *verau* (Verão), *estaus*, *estao* (estão) *dao-me* (dão-me), *rasao* (razão), *nai* (não), *caes* (cães) *nái* (nem) *calais* (calem-se), *cais* (cães). Sem vogais nasais na língua materna, o falante apreende a qualidade da vogal mas não a sua nasalidade que, segundo a hipótese acima formulada, resulta, em português, de um processo de espraiamento de um segmento nasal autónomo<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> O segmento nasal pode também realizar-se como consoante nasal, o que é evidente se compararmos *intenção* [ĩtēsẽw̃] com *inacabado* [inəkəbádu]. Esta análise só pode ser realizada no modelo multilinear da fonologia autosegmental pois só neste modelo o segmento [nasal] é autónomo e, por pertencer a um nível próprio, interfere na realização fonética dos outros segmentos e da sequência em que está integrado

<sup>23</sup> Veja-se Sete Teses sobre Ortografia Portuguesa in Ivo Castro *et al* (1987), p. 8.

<sup>24</sup> Todos os exemplos apresentados foram colhidos na análise de textos realizada por Eva Arim, no âmbito do projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* (<http://www.iltec.pt/divling/index.html>). Sobre a gramática das línguas estudadas, ver: Pugh, Stefan e Ian Press (1999) *Ukrainian – A Comprehensive Grammar*. London: Routledge; Quint, Nicolas (2000) *Grammaire de la Langue Cap-Verdienne*. Paris:

### *Variação contextual de consoantes*

Tomando como exemplo a consoante fonológica /l/ que, em português europeu, tem duas realizações de acordo com o contexto (alveolar no início da sílaba e velarizada no final), a ortografia portuguesa representa essas duas realizações com a mesma letra, <l>, o que está de acordo com a intuição dos falantes e com o sistema fonológico da língua (além de tudo, a consoante alveolar é a que ocorre em maior número de contextos). Estamos assim perante um caso em que a ortografia possui um único símbolo que representa o elemento fonológico, e que cobre duas realizações fonéticas.

No que respeita à consoante vibrante do português, pode considerar-se que fonologicamente é uma única, /r/, que se realiza

- como alveolar, [r], no início de sílaba quando precedida de consoante (p.ex. *braço* [brásu], *pratu* [prátu]), entre vogais (como em *para* [párɐ]) e no final de sílaba (p.ex. *mar* [már]),
- e como velar, [R], no início de palavra (p.ex. *rato* [Rátu]) e no início de sílaba, quando se segue a uma consoante (p.ex. *palrar* [páʔRár], *honra* [õRɐ], *carro* [káRu]).<sup>25</sup>

Em termos de frequência, a realização [r] é a mais frequente, podendo a realização [R] ser determinada contextualmente. A grafia com duas letras <r> seguidas (*carro*) justifica-se se entendermos que a sílaba que precede [r] termina na mesma consoante, o que provoca contextualmente a pronúncia de [R].

Relativamente à terceira consoante final de sílaba, a dental fonológica /s/, em português europeu realiza-se conforme o contexto como palatal vozeada ou não vozeada de acordo com o vozeamento da consoante que se segue (p.ex. *pasta* [páʃtɐ] e *mesmo* [mészmu]), palatal não vozeada em final de palavra antes de pausa, e como dental vozeada quando a

---

L'Harmattan Ramos, João de Deus (1909) *Prosódia portuguesa - Estudo prévio da ortografia*. Lisboa; Tisdall, William (1986) *A Simplified Grammar of the Guzerate Language*. Nova Deli: Asian Educational Services; Charles, Li and Sandra Thompson (1981) *Mandarin Chinese: A Functional Reference Grammar*. Berkeley: University of California Press.

<sup>25</sup> Sobre a interpretação fonológica da vibrante em português ver Mateus e Andrade, (2000), 2.2.1.2.



palavra seguinte se inicia por vogal (*vais agora* [vájzɐgóra]). A realização da fricativa como palatal nos contextos acima indicados abrange todos os dialectos do português europeu. No Brasil, porém, a fricativa é realizada como dental em vários dialectos nesses mesmos contextos. Assim, uma única letra, <s>, cobre diversas realizações dialectais e contextuais e representa directamente a consoante que tem sido proposta no sistema fonológico.

## Conclusões

No início deste artigo propusemo-nos fundamentar a afirmação de que a ortografia portuguesa é de natureza fonológica e, a partir dessa afirmação, discutir a vantagem e a eficácia da sua simplificação.

A argumentação desenvolvida abrangeu muitos aspectos da língua, incidindo sobre a representação das vogais e das consoantes e sua posição na estrutura da sílaba, e tomando em atenção a variação dialectal e contextual. A afirmação de que muitas letras da ortografia portuguesa representam elementos do sistema fonológico parece-nos inegável perante várias das questões discutidas. Esta constatação devia estar presente nos métodos de ensino e aprendizagem da ortografia visto que pode constituir um apoio para o conhecimento do funcionamento da fonologia do português.

Existem evidentemente, como em todas as ortografias, letras e sequências que não têm base fonológica. Estão neste caso consoantes não pronunciadas no português europeu (como em *acção*, em *cacto* ou *tecto*) cuja presença se deve à etimologia das palavras. Existem diacríticos acrescentados para desfazer ambiguidades ou orientar a pronúncia (como o acento gráfico em *raízes* que serve para evitar um possível ditongo). Existem peculiaridades como o facto de nenhuma palavra do português se iniciar com <ç> ainda que tal ocorresse em grafias antigas (como *çapato*, hoje *sapato*).

O interesse da reflexão sobre a base fonológica da ortografia não se relaciona somente com o apoio que daí pode advir para o conhecimento do funcionamento desta área da língua, tal como não importa apenas para a escolha do melhor método de ensino. Esta reflexão deve ser tida em conta na ocasião em que se decidir levar por diante, com rigor e saber

linguístico, uma reforma ortográfica na qual as letras que representam elementos fonológicos da língua devem ser preservadas.

A necessidade de uma reforma da ortografia não decorre da vantagem de existir um acordo entre as grafias de duas ou mais variedades. Muitas línguas subsistem com diferentes ortografias o que não as impede de se manterem no âmbito de uma única língua. Se o objectivo, por outro lado, for simplificar a ortografia de uma língua tendo em vista a sua mais fácil aprendizagem, então deve-se ter presente que as letras que representam elementos fonológicos vão ao encontro do conhecimento cognitivo do falante e da sua possibilidade de reconhecer os fonemas da língua. Este é um aspecto que não pode ser escamoteado e que justifica a dignidade atribuída às questões respeitantes à escrita de uma língua.

### **Referências bibliográficas**

Barbosa Leão, J. (1875) *Considerações sobre a Ortografia Portuguesa*.

Barbosa Leão, J. (1878) *Unidade, identidade, imortalidade da alma. Espécime de escrita sónica*. In Jozé Barbóza Leão (1878) *Colêção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Barbosa, Jeronimo Soares (1822) *Gramatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem*. Lisboa: Tip. da Academia Real das Sciencias. (data da introdução: 1803)

Barros, João de (1540) *Grammatica da Lingua Portuguesas*. Lisboa: Luis Rodrigues (a edição consultada é de Maria Leonor Buesbu, Lisboa: Faculdade de Letras da universidade de Lisboa, 1971)

Bechara, Evanildo (1969) *Moderna Gramática Portuguesa*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional. (37ª ed revista e ampliada, Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999)

Calheiros, Francisco Xavier (1866) *Escrepta sem letras ou novo systema d'escrepta syllabica*. Inventada por Francisco Xavier Calheiros. Porto.

Carvalho, Joaquim José Coelho de (1910) *Prosodia e ortografia* Lisboa: Imprensa Nacional.

Castro, Ivo, Inês Duarte e Isabel Leiria (1987). *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentários do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Cunha, Celso e Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: João Sá da Costa.

Faraco, Carlos Alberto (2000) *Escrita e Alfabetização – características do sistema gráfico do português*. São Paulo: Editora Contexto.

Feijó, João de Morais Madureira (1734) *Orthographia ou Arte de Escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica

Gato, Piero (c.1920) *Ortografia fonetica da lingua luzo-brasileira*. Bahia.

Gonçalves, Maria Filomena (1998). *As ideias ortográficas em Portugal – da etimologia à reforma (1734-1911)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora.

Jesus Maria, Fr. Bernardo de (1783) *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza, para se pronunciarem e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira (public. com o nome de Bernardo de Lima e Mélo Bacelar)

Lopes, Óscar (1987) O Acordo Ortográfico. In Ivo Castro *et al.* (1987), pp. 129-133.

Martins, Ana Maria (1999). Ainda 'Os mais antigos textos escritos em português': documentos de 1175 a 1252. In FÁRIA, Isabel Hub (org.). *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos-FLUL, 491-534.

Mateus, Maria Helena Mira e Ernesto d'Andrade (2000). *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.

Mateus, Maria Helena Mira *et al.* (1983) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho (5ª edição revista e aumentada, 2003).

Oliveira, Fernão de (1536) *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa: e[m] casa de Germão Galharde. (Última edição: *Gramática da Linguagem Portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática* por Amadeu TORRES e Carlos ASSUNÇÃO, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio COSERIU. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.)

Pereira, Bento (1666) *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor ortografia, com que se podem evitar erros no escrevr da lingua latina e portugueza, para se ajuntar à Prosodia*. Lisboa.

Prista, Luís (2001) De filólogos a linguistas. In Mateus, Maria Helena Mira (org.) (2001) *Catálogo da Exposição Caminhos do Português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 157-218.

Sousa, J.A. de (1853) *Escritura repentina. Nova tentativa de revolução orthographica*. In "O Instituto".

Fevereiro de 2006